



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000092-37.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 4ª Vara de Família do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital

JUÍZA TITULAR: Dra. Nelly Siqueira Labrunie

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

4ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE VILA VELHA/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **4ª Vara de Família do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 015/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 07/03/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **4ª Vara de Família do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juíza	Vínculo	Ato
Nelly Siqueira Labrunie	Titular	nº 303/2014 - 01/09/2014

(Fonte: Diário da Justiça Eletrônico de 01/09/2014)

Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Lucio Flavio Zucoloto Xavier	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	-
Ana Maria Rodrigues	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 206/2021 - 14/06/2021
Phillipe Xavier Serra	Analista Judiciário - 01 - QS - Escrevente Juramentado	-
Thiago Melo Borges de Souza	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Amanda Fontes Ribeiro de Rezende	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 02/05/2022)

Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Luciola Cristina Conde Mesquita	Analista Judiciário - AJ - Direito	Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria Substituto da 1ª Vara Cível de Vitória
Luzia de Cassia Munhoz Saliba	Analista Judiciário - AJ - Direito	Lotada no 8º CEJUSC VILA VELHA - Centro Judiciário de Solução de Conflitos

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 02/05/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 4ª Vara de Família do Juízo de Vila Velha.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 04 (quatro) servidores, porém a lotação paradigma é de 06 (seis) servidores, vejamos:

Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO
1	F - FAMÍLIA	4ª VARA FAMÍLIA	ES	VILA VELHA	6	4	0	1

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	870	73
Janeiro a dezembro de 2021	1100	92

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 02/05/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	3.622
2021	3.654

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 02/05/2022)

Acervo atual

	Maio 2022
Total	3.742
Suspensos ou sobrestado	181
Remetidos para julgamento de recurso	31
Tramitação ajustada	3.530

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos concluídos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos concluídos	276	352
Concluídos para sentença há mais de 100 dias	0	0
Concluídos para decisão há mais de 100 dias	0	0
Concluídos para despacho há mais de 100 dias	0	0
Concluídos para ato diverso há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 02/05/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	174	103
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	47	9

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 02/05/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 02/05/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	33	239

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 02/05/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	32	115

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 02/05/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	7	38

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 08/04/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	35	45

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 02/05/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	64	40

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 02/05/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
81,53%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
110,18%	Meta cumprida

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, revelou a inexistência de **processos concluídos há mais de 100 (cem) dias**, tanto na 1ª fase da correição, realizada no dia 09/03/2022, quanto em 2ª fase, apurada no dia 02/05/2022. Neste tocante, registra-se o bom desempenho do gabinete.

No que se refere à **designação de audiências**, verifica-se que na primeira fase haviam 47 (quarenta e sete) audiências designadas para mais de 4 (quatro) meses, todavia, em nova consulta, o quantitativo diminuiu para 9 (nove) audiências designadas.

Vale registrar, neste ponto, a resposta da MM. Juíza, na qual esclarece que houveram várias redesignações de audiências e adequação da pauta devido as medidas adotadas pelo Poder Judiciário ao enfrentamento da situação de emergência e saúde pública do Covid-19. Outro ponto destacado pela MM. Juíza, é sobre o pedido de designação de audiências, pela Promotora de Justiça que atua na Unidade, em quase a totalidade de processos em que atua, o que eleva o quantitativo de audiências a serem designadas na unidade.

Ademais, a MM. Juíza aponta uma inconsistência no sistema PJe em relação a carta precatória 5014376-64.2021.8.08.0035, onde consta a designação de audiência para 09/02/2024, todavia, a audiência na referida Carta Precatória já foi realizada, bem como esta já foi devolvida ao Juízo deprecante, tendo a Magistrada aberto um chamado na STI para regularização.

Por fim, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento da Meta 2 CNJ, cujo percentual obtido no ano de 2021 foi de 110,18%. Entretanto, observa-se que a Meta 1 CNJ não foi cumprida, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

7.2. Secretaria

Comparando os dados extraídos na 1ª fase e na 2ª fase da correição, foi possível verificar que não houve uma melhora significativa quanto às pendências verificadas.

No que se refere aos **processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias**, verifica-se que o quantitativo de processos elevou substancialmente. Com base nos dados consolidados, haviam 33 (trinta e três) em primeira fase, tendo o quantitativo aumentado para 239 (duzentos e trinta e nove) em segunda fase.

A MM. Juíza, em resposta, esclarece que a paralisação dos processos na secretaria ocorre por dois fatores: a) o quadro funcional da unidade atualmente encontra-se incompleto, tendo 2 (dois) servidores afastados por licença médica e 1 (uma) servidora à disposição no CEJUSC e; b) as instabilidades constantes no sistema PJE, somado ao fato de não ser permitido pelo sistema que dos estagiários movimentem os processos que lá tramitam.

Outrossim, aponta que há 2 (dois) processos, nºs 0002777-24.2018.8.08.0035 e 0027476-79.2018.8.08.0035, desaparecidos cujas restaurações já foram promovidas.

Em que pesem as razões da Magistrada, considerando o aumento significativo do acervo de processos paralisados, mostra-se necessário que a secretaria envide esforços visando o impulsionamento dos referidos feitos. Ademais, verifica-se, da análise dos 239 (duzentos e trinta e nove) processos atualmente paralisados há mais de 100 (cem) dias na secretaria, que 172 (cento e setenta e dois) tramitam fisicamente, pelo sistema e-JUD.

Com relação às **petições pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias** no sistema, constavam 32 (trinta e duas) no levantamento de dados realizado na 1ª Fase da Correição, tendo o quantitativo aumentado para 115 (cento e quinze) em segunda análise, devendo a Secretaria implementar as devidas estratégias para sanar tal pendência.

Quanto às **cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias**, a MM. Juíza informou que houve o cumprimento de 6 (seis) cartas precatórias, todavia, após novo levantamento de dados, o quantitativo avolumou para 38 (trinta e oito) cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias.

Desse modo, deve a Secretaria observar o dispositivo no inciso XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham prioridade de tramitação.

Por fim, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 À Juíza Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias , relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade; <u>Adote</u> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
Audiências designadas	<u>Fixe</u> como meta o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para realização das audiências, observando os feitos prioritários e tendo por vetor a razoável duração do processo. <u>Priorize</u> , a realização das audiências por videoconferência, conforme determina o art. 31, inciso II do Ato Normativo n. 88/2020, bem como sugere o Enunciado n. 2 do 85º Encontro do Colégio Permanente de

	Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (ENCOGE), amparado na Resolução CNJ n. 354/2020.
Metas Nacionais CNJ	<u>Monitore</u> , semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumho a propiciar seu integral atendimento.

8.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
Processos em carga externa	<p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo.</p>
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;
	<u>Observe</u> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados

Cartas precatórias	importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante;
---------------------------	---

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. À Juíza Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos judiciais dinâmicos (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema e-JUD, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, todas as determinações lançadas pelo Magistrado, evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.

Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.
Processos aptos à conclusão	<i>Não retenha</i> em cartório os <i>processos conclusos para análise do magistrado da Vara</i> , promovendo a periódica fiscalização para identificar aqueles que já estejam aptos à conclusão, em observância ao disposto no art. 418 do Código de Normas Judicial, de modo a remeter os feitos, em tal condição, no prazo máximo, de 01 (um) dia;

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correição realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **4ª Vara de Família do Juízo de Vila Velha/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização, notadamente com relação ao cartório da unidade.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações ao Sr. Escrivão Judiciário para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

À Juíza Titular por sua vez, foi determinado que fixe como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela unidade e monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado à Magistrada que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 02 de maio de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 27/05/2022, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1147657** e o código CRC **225C8060**.

Consulta realizada em 08/04/2022.